



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ
COMISSÃO DE JUSTIÇA E EDUCAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 3/73

Aprovado

Em 28/11/73

3ª Discussão nº 466 -
R. D. Andrade

Súmula: Autoriza a contratação de serviços para reforma, reparação e pintura das dependências onde se acha instalada a Câmara Municipal.-

Art. 1º - Fica a Mesa da Câmara Municipal de Ivaiporã, Estado / do Paraná, autorizada a contratar os serviços de reforma, reparação e pintura da Sala das Sessões e das dependências anexas, assim como o encartimamento e / serviços correlatos.

Art. 2º - As despesas com a execução desta Resolução, serão cobertas pela verba própria consignada no Orçamento, / exercício de 1974.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das sessões, aos 26 dias do mes de / novembro de mil novecentos e setenta e três.

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 26/11/73

Atas nº 463 -

R. D. Andrade
1ª DISCUSSÃO

Altevir Rocha de Andrade

Presidente

José Soares Gomes

Vice-Presidente

Alfredo Rocha Nenê

1º Secretário

=Celestino Alves de Souza=

2º Secretário

- JUSTIFICATIVA -

Senhores Vereadores: O objetivo desta Resolução, é autorizar a Mesa desta Casa, contratar os serviços especifica

especificados. É urgente a execução desses serviços. Esta Casa não oferece nenhuma condição para o seu normal funcionamento. / Não tem nada. Não existe inclusive, um gabinete para abrigar a Secretaria e seus serviços. Não temos condições de realizar em nossas dependências, uma sessão solene. Não há mobiliário condizente com nossa expressão política. Desde sua instalação esta Casa não sofreu qualquer reparo em suas instalações. Nem / mesma tiveram, os que a dirigiram anteriormente, o cuidado de introduzir em seu recinto, em lugar de honra, o pavilhão Nacional. Com os melhoramentos que iremos fazer, procuraremos aparelhar esta Casa, para que ofereça condições de trabalho aos / senhores vereadores, bem como oferecer condições para a realização de sessões solenes. Assim, apresentamos à consideração / dos nobres pares, que se aprovado, possibilitará à Mesa realizar o seu objetivo, em benefício de todos.



ESTADO DO PARANÁ

Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná

- FAMEPAR -

R. VOLUNTARIOS DA PÁTRIA 547 - CAIXA POSTAL 2700 - TELEFONES 222-2142 - 222-9121 CURITIBA - PARANÁ

Circular nº 002/COJ/001/82

Curitiba, 19 de janeiro de 1982

Senhor Presidente:

Com o objetivo de melhor orientar as Câmaras Municipais no que se refere ao cálculo para atualização da remuneração dos vereadores, venho pelo presente encaminhar a Vossa Senhoria um quadro demonstrativo, que por certo tornará mais fácil este procedimento.

O presente quadro foi levado a efeito em decorrência da Lei Complementar nº 38 de 13 de novembro de 1979, que alterou parcialmente os critérios de fixação da remuneração dos vereadores estabelecidos pela Lei Complementar nº 25.

As alternativas de cálculo que o quadro demonstrativo oferece não são exaustivas. Outras, por certo, existem e podem ser seguidas. Ocorre que as constantes do documento, que a Câmara Municipal ora recebe, são resultado de estudo levado a efeito pela Coordenadoria de Orientação Jurídica da FAMEPAR no sentido de oferecer a esse Legislativo as opções de cálculo mais simples, adequadas aos mandamentos legais.

Informamos ainda que o cálculo objeto do quadro de orientação foi efetuado com base na remuneração atual dos deputados estaduais, observada a faixa populacional desse Município.

Reiteramos a essa Câmara Municipal os nossos protestos de estima e consideração e colocamo-nos ao inteiro dispor para quaisquer informações.

ELEUTÉRIO DALLAZEM

Diretor Presidente

Ilmo. Sr.

BENEDICTO APARECIDO DE OLIVEIRA

MD. Presidente da Câmara Municipal de

IVAIPORÃ - PR.

REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS A PARTIR DE 01/01/82	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES (Alternativas)	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE 50.000 A 100.000 HABITANTES LIMITE 20% (L.C. Nº 25/75 ALTERADA PELA L.C. Nº 38/79, ART. 4º, III)
<u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 47.934,00 Variável ses. ord. - Cr\$ 90.840,00 ses. ext. - Cr\$ 24.224,00 TOTAL - Cr\$ 162.998,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 222.520,00 ÷ 2 = 111.260,00	I <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 9.586,80 Variável ses. ord. - Cr\$ 18.168,00 ses. ext. - Cr\$ 4.844,80 TOTAL - Cr\$ 32.599,60 <u>AJUDA DE CUSTO ANUAL</u> Cr\$ 44.504,00 ÷ 2 = 22.252,00	Calculado com base nos valores máximos de cada um dos elementos percebidos pelos Deputados Estaduais. A parte variável será para remunerar o comparecimento efetivo e a participação nas votações, dividindo-se em sessões ordinárias (número estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara) e sessões extraordinárias (limite máximo de quatro por mês). Art. 2º, §§ 1º e 2º. Dividida em duas parcelas iguais (art. 13, § 2º da Constituição Estadual)
<u>TOTAL DO SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 162.998,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 222.520,00 ÷ 12 = 18.543,33	II <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 32.599,60 Fixo ... Variável ... <u>AJUDA DE CUSTO MENSAL</u> Cr\$ 44.504,00 ÷ 12 = 3.708,66	Calculado sobre o valor total do percebido pelos Deputados Estaduais, ficando a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável. A variável para remunerar as sessões ordinárias e extraordinárias, nos moldes da alternativa I, ou somente para sessões ordinárias. Observe-se que a parte variável deverá ser igual ou superior a fixa, nunca inferior. Dividida em doze parcelas iguais.
<u>TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL</u> Cr\$ 162.998,00 Cr\$ 18.543,33 Cr\$ 181.541,33	III <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 36.308,26 Fixo ... Variável ...	Calculado sobre o total da remuneração mensal dos Deputados Estaduais (subsídio e ajuda de custo), ficando igualmente a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável. Observe-se que a parte variável deverá ser igual ou superior a fixa, nunca inferior.
IMPORTANTE : a) <u>LIMITE DA DESPESA</u> Embora a fixação da remuneração dos Vereadores seja feita de acordo com o estabelecido pelo art. 4º (a exemplo das alternativas acima apontadas), alertamos para o fato de que a despesa anual não poderá ultrapassar a 3% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior. (art. 7º). b) <u>REMUNERAÇÃO MÍNIMA</u> Cr\$ 5.446,24 (3% de Cr\$ 181.541,33) Art. 4º, X.		

REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES

A PARTIR DE JANEIRO DE 1982

Remuneração dos Deputados DL. 4/82 de 12/01/82	Remuneração mínima (3%)	Até 10.000 habitantes (10%)	De 10.001 a 50.000 hab. (15%)	De 50.001 a 100.000 hab. (20%)	De 100.001 a 300.000 hab. (25%)	De 300.001 a 500.000 hab. (35%)	De 500.001 a 1.000.000 habitantes (50%)	Mais de 1.000.000 habitantes (70%)	Capital c/população até 1.000.000 habitantes (50%)	Capital c/população de mais de 1.000.000 hab. (70%)
P.F. 47.934,00	1.438,02	4.793,40	7.190,10	9.586,80	11.983,50	16.776,90	23.967,00	33.553,80	23.967,00	33.553,80
P.V. 90.840,00	2.725,20	9.084,00	13.626,00	18.168,00	22.710,00	31.794,00	45.420,00	63.588,00	45.420,00	63.588,00
S.E. 24.224,00	726,72	2.422,40	3.633,60	4.844,80	6.056,00	8.478,40	12.112,00	16.956,80	12.112,00	16.956,80
A.C. Anual 222.520,00	Anual 6.675,60	Anual 22.252,00	Anual 33.378,00	Anual 44.504,00	Anual 55.630,00	Anual 77.882,00	Anual 111.260,00	Anual 155.764,00	Anual 111.260,00	Anual 155.764,00
Total Mensal 181.541,33	5.446,24	18.154,13	27.231,20	36.308,26	45.385,33	63.539,46	90.770,66	127.078,93	90.770,66	127.078,93

REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS A PARTIR DE 01/01/80	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES (Alternativa I)	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE 50.000 A 100.000 HABITANTES LIMITE 20% L.C. Nº 25/75 ALTERADA PELA L.C. Nº 38/79, ART. 4º, III
<u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 15.833,00 Variável ses. ord. - Cr\$ 30.000,00 ses. ext. - Cr\$ 8.000,00 TOTAL - Cr\$ 53.833,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 52.500,00 ÷ 2 = 26.250,00	I <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 3.166,60 Variável ses. ord. - Cr\$ 6.000,00 ses. ext. - Cr\$ 1.600,00 TOTAL - Cr\$ 10.766,60 <u>AJUDA DE CUSTO ANUAL</u> Cr\$ 10.500,00 ÷ 2 = 5.250,00	Calculado com base nos valores máximos de cada um dos elementos percebidos pelos Deputados Estaduais. A parte variável será para remunerar o comparecimento efetivo e a participação nas votações, dividindo-se em sessões ordinárias (número estabelecido pelo Regimento Interno da Câmara) e sessões extraordinárias (limite máximo de quatro por mês). Art. 2º, §§ 1º e 2º. Dividida em duas parcelas iguais (art. 13, § 2º da Constituição Estadual).
<u>TOTAL DO SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 53.833,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 52.500,00 ÷ 12 = 4.375,00	II <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 10.766,60 Fixo ... 20 Variável ... <u>AJUDA DE CUSTO MENSAL</u> Cr\$ 10.500,00 ÷ 12 = 875,00	Calculado sobre o valor total do percebido pelos Deputados Estaduais, ficando a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável. A variável para remunerar as sessões ordinárias e extraordinárias, nos moldes da alternativa I, ou somente para sessões ordinárias. Dividida em doze parcelas iguais.
<u>TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL</u> Cr\$ 53.833,00 Cr\$ 4.375,00 Cr\$ 58.208,00	III <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 11.641,60 Fixo ... Variável ...	Calculado sobre o total da remuneração mensal dos Deputados Estaduais (subsídio e ajuda de custo), ficando igualmente a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável.

IMPORTANTE !

a) LIMITE DA DESPESA

Embora a fixação da remuneração dos Vereadores seja feita de acordo com o estabelecido pelo art. 4º (a exemplo das alternativas acima apontadas), alertamos para o fato de que a despesa anual não poderá ultrapassar a 3% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior (art. 7º).

b) REMUNERAÇÃO MÍNIMA

Cr\$ 1.746,24 (3% de Cr\$ 58.208,00) Art. 4º, X.

Receita - 1979
43.206.324,74

Varia Represent.
Pres. Câmara

REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS A PARTIR DE 01/03/80	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES (Alternativa 1)	MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO DE 50.000 A 100.000 HABITANTES LIMITE 23% (L.C.Nº 25/75 ALTERADA PELA L.C.Nº 38/79, ART. 4º, III)
<u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 19.791,00 Variável ses.ord. - Cr\$ 37.500,00 ses.ext. - Cr\$ 10.000,00 TOTAL - Cr\$ 67.291,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 65.625,00 ÷ 2 = 32.812,50	I <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Fixo - Cr\$ 3.958,20 Variável ses.ord. - Cr\$ 7.500,00 ses.ext. - Cr\$ 2.000,00 TOTAL - Cr\$ 13.458,20 <u>AJUDA DE CUSTO ANUAL</u> Cr\$ 13.125,00 ÷ 2 = 6.562,50	Calculado com base nos valores máximos de cada um dos elementos percebidos pelos Deputados Estaduais. A parte variável será para remunerar o comparecimento efetivo e a participação nas votações, dividindo-se em sessões ordinárias (número estabelecido pelo Regulamento Interno da Câmara) e sessões extraordinárias (limite máximo de quatro por mês). Art. 2º, §§ 1º e 2º. Dividida em duas parcelas iguais (art. 13, § 2º da Constituição Estadual):
<u>TOTAL DO SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 67.291,00 <u>AJUDA DE CUSTO</u> Cr\$ 65.625,00 ÷ 12 = 5.468,75	II <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 13.458,20 Fixo ... Variável ... <u>AJUDA DE CUSTO MENSAL</u> Cr\$ 13.125,00 ÷ 12 = 1.093,75	Calculado sobre o valor total do percebido pelos Deputados Estaduais, ficando a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável. A variável para remunerar as sessões ordinárias e extraordinárias, nos moldes da alternativa I, ou somente para sessões ordinárias. Dividida em doze parcelas iguais.
<u>TOTAL DA REMUNERAÇÃO MENSAL</u> Cr\$ 67.291,00 Cr\$ 5.468,75 Cr\$ 72.759,75	III <u>SUBSÍDIO MENSAL</u> Cr\$ 14.551,95 Fixo ... Variável ...	Calculado sobre o total da remuneração mensal dos Deputados Estaduais (subsídio e ajuda de custo), ficando igualmente a critério da Câmara estabelecer os valores para a parte fixa e variável.

IMPORTANTE !

a) LIMITE DA DESPESA

Embora a fixação da remuneração dos Vereadores seja feita de acordo com o estabelecido pelo art. 4º (a exemplo das alternativas acima apontadas), alertamos para o fato de que a despesa anual não poderá ultrapassar a 3% da receita efetivamente arrecadada no exercício anterior. (art. 7º).

b) REMUNERAÇÃO MÍNIMA

Cr\$ 2.182,79 (3% de Cr\$ 72.759,00) Art. 4º, X.



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE IVAIPORÃ - Paraná
COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Câmara Municipal de Ivaiporã

Lido em sessão realizada em

Em 27/11/73

PRESIDENTE

PARECER Nº

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

O projeto de Resolução em tela, da Mesa Executiva desta Casa se acha abrigado dentro da norma legislativa, nada impedindo sua aprovação.

Existe, no Orçamento de 1974, verba específica/ para os serviços que se pretende executar. Somos de parecer / que o projeto de Resolução deva ter seu trâmite regimental e, face ao próximo recesso legislativo, o mesmo deve ser discuti do e aprovado em reuniões extraordinárias. Constitucionalmen te, o projeto não tem falhas, daí o nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, aos vinte e seis dias/

do mes de Novembro de 1973.

CÂMARA MUNICIPAL

Aprovado

Em 26/11/73

Atas n.º 463 e

1ª DISCUSSÃO

Francisco

Presidente

Luiz Roberto

- Relator -

Marcelo Roberto

- Membro -